

As duas faces do processo de inclusão: um olhar para a rede pública de ensino no município de São Gonçalo

Gabriella de Andrade Silva¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo trazer questões referentes ao processo de inclusão de portadores de necessidades especiais nas escolas regulares, partindo de um breve panorama histórico e político que aborda questões que envolvem o processo de inclusão e os fatores pertinentes. Para essa discussão são utilizados autores como Glat, Pletsch e Fontes (2007), Corrêa (2005), Costa (2007), Glat e Ferreira (2003), Franco (2000) e Aranha (2004). Numa tentativa de relacionar a teoria e as práticas escolares num movimento de reflexão, se faz uso de um estudo de caso na rede pública de ensino do Município de São Gonçalo, onde são realizadas observações em sala de aula, entrevistas com profissionais atuantes no processo de inclusão e uma análise das condições de estrutura física e recursos humanos das escolas estudadas.

Palavras-Chave: Educação. Inclusão. Teoria e prática.

Introdução

Incluir não significa simplesmente colocar o estudante junto com os outros ditos normais, mas estruturar o sistema educacional para que as crianças especiais sejam atendidas nas suas especificidades e peculiaridades.

Gotti

O objetivo deste trabalho consiste em investigar e questionar *como acontece o processo de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais na teoria e na prática*. O foco central situa-se na organização do projeto político-pedagógico das escolas da rede pública de São Gonçalo e na prática cotidiana escolar com relação à inclusão. Propomo-nos investigar e fazer reflexões a partir de questões tais como estrutura física, recursos humanos, corpo docente e discente que compõem as instituições estudadas, e outros aspectos que surgem no

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP).

decorrer da pesquisa podendo, talvez, responder sobre a inclusão muitas das vezes utópica.

O interesse pela pesquisa partiu de experiências vividas ao longo da vida escolar, que provocaram um misto de curiosidade e empenho em saber o porquê de se colocar um aluno com necessidades especiais em uma sala de aula onde não se buscava a inclusão, por que os professores muitas das vezes o ignoravam, por que a escola não tomava nenhuma atitude perante essa situação.

Nos dias atuais esse tema vem sendo bastante abordado e debatido, na tentativa de melhoria do ensino no que diz respeito a essas crianças portadoras de necessidades especiais, principalmente na rede pública de ensino. Sendo um sistema de ensino que propõe que todas as crianças, independentemente de suas condições, sejam incluídas em salas de aulas regulares e que suas necessidades sejam atendidas, traz grandes desafios para o cotidiano escolar, que supostamente tem que atender as especificidades de seus alunos. Pensar esse desafio na prática, utilizando as experiências vivenciadas, nos instiga a refletir sobre a proposta de inclusão, suas implicações e seus resultados positivos e negativos.

Inclusão é uma pequena palavra, mas impregnada de significados que ultrapassam o contexto escolar. Falar de inclusão não é apenas pensar em portadores de necessidades especiais; é ir além, é pensar em todas as pessoas que não estão dentro do padrão de normalidade imposto pela sociedade na qual estão inseridas. Incluir essas pessoas em uma sociedade não inclusiva é desafiar a sua própria cultura, que foi e está sendo historicamente construída e marcada por um longo processo de exclusão. Sendo a escola uma instituição que se insere nesta sociedade, conseqüentemente sofre com essas características sociais. Dessa forma, entra em uma constante luta para se adequar às novas concepções de educação, entre elas a educação inclusiva, que é o tema proposto neste trabalho.

A educação inclusiva envolve diversos fatores, como a transformação da cultura escolar, mudanças nos currículos, disponibilidade de materiais didáticos de apoio, formação docente, financiamentos e outros mais. O conjunto de aspectos a serem contemplados vai influenciar também na qualidade da educação e, em decorrência, na educação inclusiva.

A implementação de um sistema de Educação Inclusiva não é tarefa simples; para oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade. (GLAT; PLETSCH; FONTES, 2007, p. 5)

Sair a campo em busca dessas informações que revelem como na prática esta educação inclusiva está acontecendo, em especial no município de São Gonçalo, é trazer reflexões que ajudem a pensar melhor sobre qual seja a proposta da educação inclusiva e como essa proposta está sendo realizada nas práticas cotidianas escolares.

1- Breve história dos portadores de necessidades especiais

A história das pessoas portadoras de necessidades especiais sempre foi um marco de extermínio, discriminação e preconceito, pois, de acordo com cada época, essas pessoas eram vistas de uma forma, devido a fatores determinantes, como a cultura, as crenças, convicções e religiões presentes na sociedade onde estavam inseridas. Com o passar do tempo, mesmo em meio a preconceitos extremamente presentes, podiam-se encontrar algumas iniciativas de estudiosos, juntamente com o avanço no campo da medicina, que também auxiliava na compreensão das deficiências, e também no campo da pedagogia, com novos métodos e escolarização dos deficientes que tiveram sua importância nas conquistas neste campo da deficiência.

Dessa forma, surgiu um número significativo de instituições de ensino especializadas, que influenciaram a sociedade com relação à valorização do direito à escolarização das pessoas com necessidades especiais. As instituições foram aprimorando-se e buscando recursos para trabalhar com cada tipo de deficiência presente na sociedade, daí resultando que cada uma se direcionou a um tipo de atendimento, como aos deficientes visuais, auditivos, físicos e mentais.

De acordo com Glat e Ferreira (2003), a educação das pessoas com necessidades especiais é relativamente recente no Brasil. Já existiam nossas classes especiais em escolas públicas desde a década de 1930, mas o acesso dessas pessoas às escolas comuns apenas iria ocorrer de forma mais perceptível já na segunda metade do século XX. A partir do período entre o início da década de 1970 e início dos anos 1980, é que o processo de institucionalização da educação especial nos sistemas públicos de ensino foi instaurado, em meio a diversas reformas educacionais.

O crescimento de instituições de atendimento ao deficiente influenciou o desenvolvimento da educação especial como uma área específica em prestar atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais, com a utilização de métodos e recursos pedagógicos especializados. Mas isso de certa forma reforçou a segregação dessas pessoas, o que levou a se pensar em integrá-las nas escolas regulares, numa tentativa de aproximá-las da sociedade por meio de sua participação na escolarização dos demais ditos “normais”. Esse modelo foi sendo substituído pelo da inclusão, a partir de políticas voltadas para a educação

dos portadores de necessidades especiais. A visão sobre a deficiência, segundo Corrêa (2005), é social e historicamente construída, e o processo percorrido até conquistarem a condição de serem educados foi muito longo e doloroso.

2- Princípios da educação inclusiva

A educação inclusiva propõe que a escola esteja aberta à diversidade e que atenda as especificidades de seus alunos portadores de necessidades educativas especiais, ligadas à deficiência ou não. Ou seja, a escola tem que atender todos os seus alunos de acordo com suas necessidades, entendendo que seu alunado é composto por diversas culturas, que vão interferir em seu aprendizado e convivência com os demais.

A inclusão demanda toda uma mudança no sistema educacional, que deve atingir as escolas e seus atores que participam desse fazer diário. Questões como projeto político-pedagógico, currículo, formação, conhecimento e preparação fazem parte de um conjunto importante de integrantes para a realização da inclusão. E esses fatores devem estar em sintonia para que o processo venha a ocorrer e trazer significados positivos que contribuam para a formação dessas pessoas portadoras de necessidades especiais e também para o crescimento dos educadores de acordo com as experiências vivenciadas. Mas na prática encontramos um expressivo despreparo das escolas para receber esses alunos.

[...] a despeito de pesquisas e do relato cotidiano da realidade concreta vivida por educadores e educadoras, tem-se constatado o desaparecimento das escolas para empreender tamanha jornada integradora, tanto no que diz respeito ao espaço físico quanto aos recursos humanos. (FRANCO, 2000, p. 79.)

Para que se concretize a inclusão na íntegra, é necessário realizar um trabalho árduo e gradativo, que demanda tempo e grandes modificações que foram construídas ao longo de muitos anos e que não serão transformadas num piscar de olhos, mas num longo processo, difícil de ser conduzido e realizado com perseverança. Esse acontecimento não depende apenas do professor ou da escola, mas de algo maior, de uma política mais elaborada, do cumprimento na íntegra e do empenho de todos os envolvidos na busca para que a inclusão de fato aconteça.

Inclusão é um processo que implica modificações, principalmente na nossa sociedade, que traz marcas da exclusão devido ao longo processo de discriminações em que eram envolvidas todas as pessoas que apresentavam alguma deficiência. E modificar algo construído durante anos não é um processo fácil, pois desafia nossa identidade formada nos moldes da exclusão.

Com o decorrer do tempo e as mudanças no pensamento a respeito da escolarização das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais, alguns avanços foram realizados, como leis, políticas públicas e conceitos na educação, que determinaram mudanças no campo educacional. Algumas declarações e leis tiveram e ainda têm influência na educação dos alunos especiais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração de Salamanca, as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Desse modo, a sociedade avança em relação às diferenças e à educação, no que se refere às leis. Até os dias de hoje são várias as discussões referentes às políticas de inclusão das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Mas sabemos que o fato de existirem leis que determinam a inclusão não garante sua real aplicação no cotidiano, pois se trata de um processo que envolve todo o sistema organizacional da educação brasileira e que vai repercutir nas escolas e concomitantemente nas salas de aula inclusivas, se é que podemos denominá-las assim.

3- A educação inclusiva: um estudo de caso

A pesquisa de campo foi realizada em três escolas selecionadas na rede pública do município de São Gonçalo: o Jardim de Infância Menino Jesus, o CIEP 236 Professor Djair Cabral Malheiros e o CIEP 237 Jornalista Wladimir Herzog. Nessas escolas foi encontrado um número significativo de incluídos em classes regulares. Foram feitas observações de turmas do jardim e primeiras séries do ensino fundamental, bem como entrevistas aos professores e à coordenação pedagógica das respectivas escolas.

A busca nas escolas foi uma tentativa de investigar e questionar a proposta de inclusão que atualmente vem sendo desenvolvida, com um olhar para os projetos político-pedagógicos, para a estrutura física e os recursos humanos das escolas selecionadas. Questões como essas são propostas por meio de inquietações em supostamente saber em que medida a inclusão está ocorrendo nas práticas cotidianas das escolas municipais de São Gonçalo.

Para isso se faz necessária a pesquisa de campo e a utilização, no seu desenrolar, de observações em salas de aula inclusivas, de conversas com pessoas que estão envolvidas nesse processo, tais como professores, coordenadores pedagógicos, alunos e serventes, que, de forma direta ou indireta, contribuem no processo de inclusão.

A seleção das referidas escolas se deu por meio de um critério segundo o qual deveria haver matriculados alunos portadores de necessidades educacionais especiais, preferencialmente em classes regulares de ensino.

As escolas estudadas atendem a uma clientela que em sua maioria faz parte da classe baixa. Quanto aos portadores de necessidades especiais, verificaram-se as mais diversas necessidades, e trabalhar com essas peculiaridades não é uma tarefa fácil,

pois há que se pensar e estudar como cada criança na particularidade desenvolve seu raciocínio no processo de ensino-aprendizagem. Para isso se faz necessária a busca por recursos pedagógicos para que esse trabalho seja desenvolvido da melhor forma e que produza significados na escolarização desses alunos.

Uma questão que se põe bem clara quando se chega a essas escolas é que todos — desde a direção, a coordenação, os professores, os alunos e até os serventes — estão envolvidos com a inclusão; todos falam da importância de incluir essas crianças e da sua progressão quando acompanhadas na sala de recursos. E, como as escolas encararam a questão da inclusão como um desafio em que todos devem estar empenhados, percebe-se a importância de a comunidade escolar estar empenhada na busca pela inclusão, pois esse pode ser um pontapé inicial para esse processo tão complexo.

As três escolas analisadas possuem salas de recursos, onde são atendidas as crianças portadoras de necessidades especiais da própria escola e das adjacências. A partir do trabalho nesse espaço também são feitos encaminhamentos para fonoaudiólogos, psicólogos e outros profissionais, numa tentativa de melhoramento do desempenho dos alunos.

Os professores participam frequentemente de capacitações na área de educação especial, o que os auxilia na prática como docentes de sala inclusiva; também são realizadas palestras voltadas para as questões de deficiências, abertas também às famílias, para que participem e entendam melhor sobre o portador de necessidades educacionais especiais. Segundo Aranha (2004, p. 8), faz-se necessário que a família construa conhecimentos sobre as necessidades especiais de seus filhos, bem como desenvolva competências de gerenciamento do conjunto dessas necessidades e potencialidades. Essa é uma tentativa de aproximar a família da escola nesse processo de inclusão, pois muitas das vezes é difícil o diálogo quando se trata de reconhecer que uma criança é especial.

Outro fator importante é a parceria entre os professores e a coordenação pedagógica, os quais também trabalham em prol da inclusão. O processo de inclusão, como já foi mencionado, requer mudanças no ensino e empenho por parte dos envolvidos na educação. E quando existe uma ponte entre a coordenação e os professores, essa busca por meio das práticas cotidianas dos professores em estabelecer metas para a melhora do processo, em trabalho conjunto com a coordenação pedagógica, surte efeitos significativos para a comunidade escolar. A organização pedagógica das escolas se preocupa, principalmente, em promover e valorizar a criança de modo a desenvolvê-la emocional, social e cognitivamente, além de estimulá-la para a troca de experiências e vivências, sem deixar de respeitar sua individualidade e limitações. Há uma preocupação em colocar turmas com um número razoável de alunos, juntamente com aqueles portadores de necessidades especiais para que o professor desenvolva melhor o ensino-aprendizagem.

Pode-se observar, por meio das falas das professoras, o quanto é desafiador lidar com a inclusão, mas como também é significativo para sua formação pessoal. Uma das professoras fala a respeito da dificuldade encontrada no início, mas hoje, embora isso ainda seja um desafio, ela se sente mais preparada para lidar com esse processo, como trabalhar a turma e se preparar para receber essa criança especial. E a importância de procurar capacitações e recursos para trabalhar em sala de aula com essas crianças, como também o fato de a escola estar voltada para a inclusão, de certa forma auxilia no seu desenvolvimento, pois a faz sentir-se apoiada em seu trabalho. E o mais importante para essas professoras é verem os resultados significativos com relação a essas crianças portadoras de necessidades especiais.

Por meio das observações e entrevistas nessas escolas, são detectadas questões importantes, que nos fazem refletir a respeito da inclusão. Uma delas é o empenho das escolas em buscar possíveis formas de realizarem o processo de inclusão com efeitos positivos. E, como essas pessoas entrevistadas veem a inclusão como algo importante, é que a escola tem que se preparar para isso.

A coordenação executa atividades que objetivam a inclusão. Uma delas é a construção do projeto político-pedagógico voltado para o número significativo de alunos com necessidades especiais, pois há preocupações, tais como manter turmas pequenas para a facilitação do trabalho do professor. Sabemos que, apesar da falta de recursos oferecidos pelo governo, quando a escola se interessa e se dedica a encontrar caminhos para a melhoria do seu ensino, contribui também para o processo de inclusão.

Mas, embora as escolas estejam empenhadas em proporcionar a inclusão, algumas questões que se apresentam no cotidiano escolar demonstram ainda uma falta de preparo para lidar com tal situação. Em um dos dias de observação, um episódio, em particular, despertou nossa atenção: a separação dos alunos especiais dos ditos *normais*, deixando os especiais no final da sala. A fala de um dos meninos especiais era que ele não era bicho para ficar isolado dos outros. No primeiro momento, a fala impactou a professora, mas logo após ela agiu com naturalidade diante da situação. E o aluno reagiu se negando a participar da aula, ficando somente a observar seus colegas. Como afirma Costa (2007), a oportunidade de convívio com colegas sem deficiência oportuniza ao aluno com deficiência perceber-se como indivíduo capaz de se desenvolver em suas diferentes dimensões, como a social, psíquica, biológica, econômica e espiritual.

Essa situação nos leva a refletir sobre os problemas da inclusão, pois muitas das vezes presenciamos cenas de supostas exclusões (não culpabilizando a professora), que apontam para a importância do enfrentamento das questões suscitadas pela inclusão. Muitas das vezes falta preparo da escola, e principalmente dos professores, para receber esses alunos. Estes se veem perante situações que não conseguem administrar, principalmente em uma turma de quase trinta alunos e com apenas uma professora para atender a todos em suas particularidades.

Desse modo, percebemos, a partir das falas da professora, o quanto há de despreparo para a inclusão, pois reconhece que esse é um processo que cobra uma mudança no sistema educacional e principalmente nas práticas docentes. E mudar a sua prática é uma questão difícil, que envolve preparo e dedicação. Percebemos ainda, por meio de situações como essas relatadas, como se faz necessário pensar melhor na educação, principalmente a inclusiva, como é preciso se reverem essas práticas cotidianas.

Ver as necessidades especiais dos alunos atendidas no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas também, que se organizem para constituir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades. (SEESP/MEC, 2007. p. 58)

Desse modo, para que realmente a inclusão aconteça, é necessário um maior engajamento em prol da adequação da escola para receber e atender as peculiaridades de seus alunos, respeitando as suas diferenças, sejam elas culturais, sociais, étnicas ou educacionais, como o caso dos portadores de necessidades educacionais especiais. Mas infelizmente não é o que temos presenciado em nossas escolas.

Numa conversa com uma outra professora, relatava ela a dificuldade em ter alunos especiais em classes regulares, pois, embora ache que a inclusão seja algo importante, diz ser pena o fato de todos não estarem preparados para isso. A começar pela família, que muitas das vezes nem aceita as dificuldades de seus filhos, o que acaba dificultando o trabalho a ser desenvolvido pela escola.

Nessa busca pela inclusão, é de suma importância que o professor esteja procurando recursos para trabalhar com seus alunos, como cursos de capacitação, pesquisas em livros e na internet, e participação em eventos que discutam a questão da inclusão, com vistas ao aperfeiçoamento profissional. As professoras com quem tivemos a oportunidade de conversar disseram se preocupar com essa busca do conhecimento a respeito das deficiências e reafirmaram a importância de a escola também incentivar e realizar capacitações para esse fim. E quando há realmente uma parceria entre os professores, a coordenação e a família, o trabalho se desenvolve melhor.

Dessa forma, a pesquisa nas escolas trouxe reflexões a respeito da inclusão nas práticas cotidianas e a percepção das tantas dificuldades que as escolas públicas enfrentam, como a falta de recursos e o grande número de alunos insatisfeitos e de professores desmotivados pela precariedade do ambiente de trabalho e do salário. Esses profissionais ainda estão empenhados para que a educação aconteça de fato. E, em se tratando dos alunos portadores de necessidades especiais, os docentes, por se sentirem despreparados, buscam recursos para trabalhar com eles.

A escola reconhece a importância da inclusão, e a maior parte da comunidade a vê como algo positivo, mas em sua maioria se dá conta de que as escolas e os seus profissionais ainda não estão totalmente preparados para que de fato ocorra a inclusão por completo e que esses alunos que apresentam dificuldades alcancem com sucesso a educação que é para todos. Percebe-se, nas falas das professoras de um modo geral, que elas não estão completamente preparadas, mas que buscam se preparar. Pois o conhecimento é construído a cada dia, e nunca se finda. Sempre nos surpreendemos com algo novo, por isso a importância de se buscar saber mais.

Conclusão

Por meio desta pesquisa vemos que a discussão acerca da diferença e da inclusão está a cada dia se expandindo por meio de documentos, discursos teóricos, revistas, jornais, internet e mídia, pois a sociedade está em uma busca incessante pela igualdade de direitos e de reconhecimento, mas as práticas cotidianas, principalmente em nossas escolas, demonstram que ainda temos que trabalhar bastante para que isso se concretize de fato, pois se observa, no decorrer da pesquisa de campo, que supostamente a estrutura da educação inclusiva ainda é precária. Sabe-se que, para se modificar um sistema de ensino, tem que haver uma mudança significativa em todo o âmbito educacional, de forma a beneficiar as escolas. E no contexto educacional em que estamos inseridos, se apresenta um mar de problemas, como falta de verbas para que as escolas tenham uma boa estrutura física, falta de materiais pedagógicos, sem falar nos baixos salários dos profissionais da educação, que, na tentativa de ser mais bem-sucedidos, buscam trabalhar em diversas escolas, o que de certa forma acaba prejudicando a sua formação e atenção aos seus alunos.

As escolas observadas se mostram empenhadas na busca da inclusão, desenvolvem projetos com os alunos, professores, funcionários e famílias para que o trabalho se desenvolva melhor com a participação de todos. Mas, embora as escolas saibam da importância da inclusão, reconhecem que ainda não estão totalmente preparados para que a inclusão ocorra por completo. Principalmente os professores se mostram inseguros diante do trabalho com a inserção de alunos portadores de necessidades especiais em suas salas de aula, mas buscam recursos que auxiliem em seu trabalho.

Essa não é uma tarefa fácil, pois demanda tempo e mudanças no âmbito do sistema educacional que se reflitam nas práticas escolares inclusivas. Mas é de fundamental importância o empenho dos educadores na busca pela melhoria da educação e principalmente a inclusiva, para que possamos atingir uma educação para todos sem distinção, que tenhamos o acesso, a permanência e a qualidade do ensino de que todos possam tirar proveito.

Este trabalho não se extingue aqui, pois abre novos horizontes que poderão vir a ser estudados no plano da educação inclusiva, com uma análise mais aprofundada de dados e novas propostas de práticas pedagógicas. Que a divulgação do conhecimento dessas práticas e de seus resultados no campo da educação inclusiva continue a ser construído, divulgado e que traga reflexões e novas ações.

Referências bibliográficas

ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação inclusiva: a escola. *Programa educação inclusiva: direito à diversidade*. Secretaria de Educação Especial, MEC, Brasília, v. 3, 2004.

_____. Educação inclusiva: a família. *Programa educação inclusiva: direito à diversidade*. Secretaria de Educação Especial, MEC, Brasília, v. 4, 2004.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. *Educação especial*. Fundação CECIERJ, Rio de Janeiro, v. 1, 2005.

COSTA, Valdelúcia A. Políticas públicas em educação no Brasil: experiências de formação continuada de professores para a inclusão. *Revista eletrônica do grupo Aleph*, da Faculdade de Educação da UFF, Niterói, RJ, v.10, 2007.

FONTES, Rejane de Souza; GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. *Revista Educação*. Dossiê: educação inclusiva. Santa Maria, RS, v. 32, n. 2, ISSN, 2007.

FRANCO, Monique Mendes. Os PCN e as adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais: um debate. *Teias: revista da Faculdade de Educação da UERJ*. Currículo, cultura, cidadania. Rio de Janeiro, n. 2, jul/dez, 2000.

GLAT, Rosana; FERREIRA, Júlio Romero. Panorama nacional da educação inclusiva no Brasil. *Relatório de consultoria técnica*, Banco Mundial, 2003.